



## Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

### REUNIÃO EM SESSÃO ORDINÁRIA 18 de abril de 2023

#### Súmula das deliberações tomadas

#### 1. Atos de gestão:

- a) Deliberado ratificar o Despacho n.º 004/2023/CSTAF, de 20 de março de 2023, relativo à nomeação de juízes para integrarem os Júris das provas orais de acesso ao 10.º Curso de Formação de Juízes para os Tribunais Administrativos e Fiscais.
- b) Deliberado ratificar o Despacho n.º 005/2023/CSTAF, de 20 de março de 2023, relativo à designação de dois vogais para representarem o Conselho no estudo subordinado ao tema “*Sala de Audiências do Futuro*”, no âmbito do projeto PRR 55.1 – Tribunal do Futuro, da Direção-Geral de Política da Justiça.
- c) Deliberado, face à declaração de não subscrição do pedido pelo próprio, não atender a um pedido de autorização para um Senhor Juiz Conselheiro integrar o Júri do Prémio de Investigação promovido pelo “*Instituto de Conhecimento da Abreu Advogados*”.
- d) Deliberado não obstaculizar a participação do Senhor Juiz Conselheiro Paulo Filipe Ferreira Carvalho em reunião com a Associação *Business Roundtable Portugal*, devendo, contudo, o Senhor Juiz Conselheiro informar a referida Associação que não representa, nem vincula a Jurisdição Administrativa e Fiscal, nem o seu órgão de gestão. O que não significa, contudo, autorização do Conselho para o Senhor Juiz Conselheiro deixar de observar, os deveres estatutários, designadamente de sigilo e reserva a que se encontra vinculado.
- e) Deliberado, no âmbito de um pedido de esclarecimento apresentado por um Senhor Juiz de Direito, manifestar o entendimento que a Senhora Presidente dos TAF da Zona Sul adotou um procedimento transparente, não sendo a sua atuação merecedora de censura por parte deste Conselho Superior.



S. R.

## CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

- f) Deliberado, a fim de ser dada execução ao acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 9 de fevereiro de 2023, proferido no processo n.º 173/22.1BALSB-A, para efeitos de exercício do direito de audiência prévia, notificar a Senhora Juíza de Direito impugnante, do projeto de deliberação, no sentido de indeferimento do seu requerimento de 9 de novembro de 2022, para que, querendo, se pronuncie, por escrito.
- g) Deliberado rejeitar um recurso apresentado, por falta de legitimidade da recorrente.
- h) Deliberado arquivar uma exposição relacionada com um processo judicial.
- i) Deliberado renovar a licença especial concedida à Senhora Juíza de Direito Beatriz Alexandra Gomes da Cruz.
- j) Deliberado aprovar a lista de antiguidade dos juízes da jurisdição administrativa e fiscal, reportada a 31 de dezembro de 2022, para os efeitos previstos no artigo 77.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais.
- k) Deliberado deferir o pedido de um Senhor Juiz Conselheiro e dar por finda a respetiva comissão permanente de serviço.

### **2. Disciplina:**

- a) Deliberado prorrogar a suspensão preventiva do exercício de funções, por mais dois meses, de um Senhor Juiz de direito.

Lisboa, 21 de abril de 2023.

A Juíza Secretária do Conselho Superior dos Tribunais  
Administrativos e Fiscais

Helena Telo Afonso